

PIB de 2023, a armadilha

» SACHA CALMON
Advogado



O Brasil sobreviverá. Surpresas positivas nos indicadores econômicos do primeiro trimestre de 2022 levaram a sucessivas revisões altistas nas projeções para o Produto Interno Bruto (PIB). A consolidação da vacinação e seu impacto sobre a reabertura têm estimulado a continuidade da normalização do setor de serviços. A injeção adicional de estímulo fiscal via transferência direta para famílias expandida de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e reajustes salariais dos entes subnacionais melhoraram a perspectiva do setor varejista no curto prazo. A continuidade do processo de readequação de estoques, somado ao comportamento mais dinâmico da demanda doméstica, tem levado a um melhor desempenho da indústria.

No entanto, esse bom desempenho da atividade em 2022 tem sido acompanhado por uma aceleração inflacionária e contínua a desancoragem das expectativas de inflação. Como resultado, há a necessidade de aperto monetário adicional, e esse tem sido realizado pelo Banco Central (BC). Destacamos que os impactos dessa contração freiam o crescimento, (peculiaridades do processo de retomada). O setor de trabalho-intensivo teve seu desempenho afetado pelas restrições de mobilidade.

A retomada tardia do setor estimula o dinamismo do mercado de trabalho. Ademais, as recorrentes injeções fiscais de recursos contribuem para resiliência da massa salarial. A resultante desses fatores é que as defasagens de política monetária tendem a ser maiores do que as usuais... A política monetária contracionista tende a ter como vetores negativos a normalização dos serviços prestados a famílias e a adequação dos estoques dos setores industriais subestocados. Contudo, a continuidade da fragilidade fiscal representa vetor negativo em 2023.

A boa notícia da atividade nesses últimos meses — o desempenho do mercado de trabalho — também tende a fraquejar. A

composição do PIB de 2022, com crescimento concentrado em trabalho intensivo, leva a um excelente ritmo de criação de postos de trabalho. No entanto, a supracitada normalização de serviços, somada à perda de dinamismo do crescimento, tende a impactar o emprego e a massa salarial, representando vetor negativo para o próximo ano, seja quem for o presidente eleito em outubro.

O cenário internacional será mais desafiador. A aceleração inflacionária, com fortes indícios de superaquecimento da economia dos Estados Unidos, demandará do Federal Reserve uma resposta contundente. A demanda agregada seguiu crescendo de maneira forte no começo do ano. O mercado de trabalho apertado tanto em termos de taxa de desemprego quanto em ganhos salariais, num contexto de aceleração da inflação de serviços — tal como demonstrado pelos últimos dados divulgados — complica ainda mais o panorama inflacionário. Como resultado é esperada a desaceleração da atividade americana, e há risco de recessão (dois trimestres seguidos com taxa de crescimento negativo).

Em paralelo, as perspectivas para a economia chinesa com a reafirmação da política

de tolerância zero contra a covid-19 torna a dar sinais de aquecimento. Os dados chineses sobre consumo de bens e serviços está dentro das expectativas, com as medidas de distanciamento gerando impacto menor que o projetado. Houve momentânea queda na produção industrial e exportações, afetando a oferta global de diversos produtos e insumos. Como resultado, tem-se observado sucessivas revisões baixistas das projeções para o PIB chinês e a chance da meta de crescimento para o PIB vir a ser de 5,5% (os analistas têm projeções entre 5% e 6,5%). Baixistas, dizemos nós, em se tratando do gigantismo da China. Qualquer outro país dar-se-ia por supersatisfeito, mas a perspectiva pior de crescimento resulta em menor inflação.

Vale a ressalva, porém, de que a concretização de um processo desinflacionário tem como condição necessária a exportação a preços competitivos, favorecendo a China intensamente, (mais unidades por menores preços unitários). Com os EUA sendo “obrigado” pelo FED a ir para a recessão a situação da UEE torna-se periclitante. Logo o mercado está aberto para a China. É muito difícil e improvável contê-la!

Por fim, destacamos que esse prognóstico preocupante pode ser atenuado pelo fortalecimento da agenda que visa o aumento da produtividade da economia e melhora do ambiente de negócios. Um consenso atual é que uma das consequências da crise resultante da pandemia é a regionalização das cadeias produtivas, com países buscando diminuição de sua dependência produtiva do ponto de vista geográfico. E o Brasil tem potencial de ser destaque nesse processo, apresenta parque industrial diversificado, grande mercado consumidor e distância de epicentros de conflitos internacionais.

É ruim comparar Lula a qualquer líder atual. Tem seu modo de fazer e fará um governo realista. Ele sabe muito do país que irá receber, depois do derrame monetário do populista Bolsonaro.

Transição energética e desenvolvimento durável

» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Pesquisador da Embrapa Agroenergia

O adjetivo “durável” é frequentemente associado ao conceito de desenvolvimento sustentável como forma de enfatizar condições que favoreçam progresso em prazos longos, com estabilidade, equilíbrio e resiliência. Energia é um componente essencial nessa equação, em função da sua essencialidade para a maioria das atividades da sociedade moderna. Por isso, a busca de um modelo de desenvolvimento durável passa, necessariamente, pela reinvenção do atual modelo energético, concentrado em fontes fósseis poluidoras e dependente de poucos provedores.

Apesar de todos os esforços para racionalização do consumo global de energia, a humanidade está fadada a aumentar sua dependência energética, de acordo com o estudo *Global Energy Perspectives 2022*, da consultoria McKinsey. Em 2050, o consumo global de energia deverá ser quase o dobro do que tínhamos em 1990. Hoje a humanidade depende de energia fóssil para mais de 60% de suas necessidades, e, apesar da redução de demanda causada pela pandemia, uma forte recuperação é esperada nos próximos 2-3 anos, podendo levar o uso de combustíveis fósseis para perto de 70% do total.

Outro fato relevante é que a política energética que impera em todo o mundo trabalha contra os direitos das comunidades e indivíduos de fazerem as próprias escolhas em relação às formas, escalas e fontes de energia. E não são poucas as barreiras à transição para sistemas energéticos descarbonizados, essenciais para o desenvolvimento limpo e durável. No entanto, as crises concomitantes que vivemos — mudanças climáticas, pandemia, guerra no Leste Europeu, inflação e distúrbios nos fluxos globais de insumos e alimentos — poderão alterar essa realidade, apressando a transição energética de que o mundo tanto necessita.

A esperada transição para fontes renováveis de energia ao longo das próximas décadas poderá alterar de maneira profunda o panorama geopolítico, com países e provedores deixando de ser poderosos devido à energia fóssil que produzem. Alternativas energéticas renováveis e virtualmente inesgotáveis, como hidrogênio, sol e ventos dificilmente se tornarão monopólios de países, regiões ou empresas, pois estão em todos os lugares e sua exploração sustentável poderá ajudar a desarmar armadilhas geopolíticas operadas por provedores de energia fóssil há décadas.

Ao discutir alternativas energéticas para um desenvolvimento sustentável e durável, o hidrogênio (H), que é o elemento químico mais abundante no universo, está entre as opções mais lembradas. Apesar de sua abundância, o hidrogênio só é encontrado em combinação a outros elementos, como na água (combinado ao oxigênio) ou em hidrocarbonetos (combinado ao carbono). E sua obtenção ainda envolve processos de separação complexos, custos econômicos altos e, muitas vezes, impactos ambientais significativos.

Hoje a maior parte do hidrogênio é produzida a partir de combustíveis fósseis — o chamando hidrogênio cinza, que resulta em grandes emissões de CO₂. Quando o carbono gerado no processo é capturado, neutralizando as emissões, temos o hidrogênio azul. Só o hidrogênio produzido de fontes renováveis não emite carbono, sendo chamado de hidrogênio verde, produzido pela quebra da molécula de água em oxigênio e hidrogênio, usando eletricidade de fontes solar e eólica.

Comparado aos combustíveis convencionais, o hidrogênio possui o maior conteúdo de energia por unidade de peso, três vezes maior do que a gasolina, com a grande vantagem de não produzir emissões poluentes. Por isso o mercado de hidrogênio verde vive um momento auspicioso, com vários países

respondendo às pressões pela descarbonização profunda das suas economias com planos de transição energética que priorizam esse recurso limpo e inesgotável.

O hidrogênio poderá viabilizar modelos sistêmicos necessários para uma transição energética planejada, gradual e inteligente. Por exemplo, é possível utilizar o hidrogênio para mobilizar energia limpa, de fontes intermitentes — como solar e eólica — de locais onde pode ser produzida de forma barata e segura, para locais onde há grande demanda. Como pode ser facilmente estocado e transportado, o hidrogênio funcionaria como transportador e não como fonte primária de energia.

O hidrogênio oferece também novas possibilidades de descarbonização do setor de transporte, com a inserção de veículos elétricos que não dependam de baterias — que têm alto custo, demandam recargas constantes e produzem impactos ambientais negativos. Já é possível, por exemplo, utilizar combustíveis líquidos, como o etanol, em uma célula de combustível que produz hidrogênio e, a partir dele, energia elétrica, sem a necessidade de bateria e sem emissão de carbono, tendo apenas água e calor como subprodutos do processo. Conceito semelhante poderá ser usado para levar eletricidade a muitos rincões distantes das redes de distribuição, bastando que as comunidades possam ter acesso à mesma tecnologia adaptada às suas necessidades.

No livro *A ilha misteriosa*, publicado em 1874, o visionário escritor Júlio Verne antecipou: “Um dia a água será empregada como combustível, o hidrogênio e o oxigênio que a constituem — usados isoladamente ou em conjunto, fornecerão uma fonte inesgotável de calor e luz”. Quase 150 anos se passaram e o mundo tem finalmente os meios para concretizar a ousada visão de Verne.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Pesadelo

Repetia o professor Paulo Roberto Thompson Flores do Ceub: *Dormientibus non succurrit jus*, ou seja, a “Justiça não socorre aos que dormem”. Com isso fica pacificado que somente aqueles insones que apelam diuturnamente para a Justiça possuem alguma possibilidade de serem atendidos. É nesse sentido que observamos, a contra gosto, praticamente todos os envolvidos em caso de corrupção, aqui denominados de colarinho branco, e que foram condenados pela Justiça por suas práticas criminosas contra o erário, recorrerem, seguidamente, aos juízes e tribunais para se livrem das penalidades que lhes foram impostas num primeiro momento.

Também já não causa surpresa à população e aos cidadãos de bem o fato de a grande maioria destes bem trajados delinquentes da elite política conseguirem, em algum momento, que suas sentenças sejam revistas ou simplesmente empurradas para dia de São Nunca quando serão anuladas em algum decurso de prazo.

De fato, esses personagens, dado à capacidade financeira que passaram a usufruir, nas noites insones em que tramaram suas estripulias, depois que experimentaram as delícias e facilidades do poder, conseguem bancar os caríssimos e estrelados escritórios de advocacia, a maioria deles especializadíssimos em livrar gente poderosa das malhas da Justiça.

Aqui não importa a origem dos honorários fabulosos. Para esses personagens, que sempre tiveram acesso direto ou indireto aos cofres públicos, todo o beneplácito das cortes. Para os demais, a lei conforme está redigida em tintas negras sobre a folha branca. É por conta dessa característica, muito peculiar de nossa Justiça, em que a balança e o equilíbrio das partes há muito emperraram para o lado mais abonado e desperto, que estamos onde estamos, num eterno vir a ser.

Um dia, por certo, estaremos junto ao primeiro mundo no que diz respeito à efetividade e igualdade da justiça. Só que antes temos ainda um longo e tortuoso caminho a percorrer, acabando com esse costume que faz com que uns sejam mais iguais que outros. A antiga Lei de Improbidade Administrativa, (Lei 8.429/92), que antes poderia servir de atalho para acabar com a costureira bandalheira que se via nos desvios de recursos públicos, deu lugar, no entanto, a uma nova versão, mais amenizada, (Lei 14.230/21), toda ela feita sob medida para servir aqueles que sempre se locupletaram com os recursos públicos.

Improbidade, na gestão pública, virou, no meio político, um palavão e foi, portanto, banida para sempre. Nessa nova versão, mais ao gosto dos infratores, o que vamos assistindo, inertes e também insones, é a prescrição ou mesmo a descodificação de diversos políticos já julgados, beneficiados pela retroatividade da lei, todos eles de volta ao cenário político, alguns, mais despidorados, disputando o mesmo cargo no qual foram, no passado, apanhados com a mão na botija.

De fato, essa nova versão da Lei de Improbidade Administrativa veio dar o empurrão que faltava para esses tristes personagens, abrindo, mais uma vez a nefasta caixa de Pandora. Aos cidadãos que dormem por não possuírem meios financeiros para bater à porta da Justiça, só resta permanecer dormindo e sonhando que tudo isso não passa de um pesadelo.

Uma nova chance

» Tida como modelo na reinserção dos internos, a Penitenciária Industrial Jucemar Cesconetto de Joinville faz parte do projeto Ajufe por um Mundo Melhor. Mais uma etapa concluída e os certificados entregues pelas mãos do juiz federal Rafael Wolff. As ofertas de cursos de capacitação, proposta tão simples e efetiva, e as oportunidades de trabalho são a força motriz para o sucesso da empreitada.

Apoio

» Senadora Leila e senador Romário são apoiadores incontestes da nova Lei de Incentivo ao Esporte. Com razão, fundamentam o voto no papel importante que a nova legislação proporcionará para a promoção e financiamento de projetos que já beneficiaram 3 milhões de crianças e jovens em mais de 20 mil projetos. Esporte e Arte têm o poder de desviar a meninada do mau caminho. Vontade política, também.

Bom debate

» Com autoria do senador petista Fabiano Contarato, há planos para uma audiência pública com o objetivo de debater sobre os impactos do assédio institucional no serviço público brasileiro.

Fronteiras

» Foi o senador Ângelo Coronel quem chamou a atenção para a falta de projetos de monitoramento nas fronteiras brasileiras. Visitando cidades fronteiriças, chamou de “queijo suíço” os buracos por onde correm as drogas, descaminho e outros ilícitos. Defendeu fortalecer o Exército Brasileiro para evitar os crimes que ocorrem nos 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres com 11 países com divisa.